

“QUEM PROCURA OSSO É CACHORRO”: CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO POLÍTICO DO BOLSONARISMO E O ENFRENTAMENTO À COMISSÃO DA VERDADE

“WHO LOOKS FOR BONES IS A DOG”: THE POLITICAL SUBJECT OF BOLSONARISM AND THE CONFRONTATION WITH THE NATIONAL TRUTH COMMISSION

Mayra Goulart

Professora de Ciência Política da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGCS/UFRRJ). Coordenadora do Laboratório de Partidos, Eleições e Política Comparada (LAPPCOM/UFRRJ).

Tayná Paolino

Doutoranda em Ciências Sociais na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e pesquisadora do Laboratório de Partidos e Política Comparada (LAPPCOM/UFRRJ). Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) e graduada em Ciência Política pela mesma universidade, sendo bolsista pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ).

RESUMO

O artigo analisa a conformação do sujeito político do bolsonarismo a partir da atuação parlamentar de Jair Bolsonaro durante a discussão e implementação do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) e da Comissão Nacional da Verdade (CNV). A hipótese é que esses dois eventos foram decisivos para a articulação de diferentes sujeitos e demandas sociais sob um mesmo antagonismo, conformando o núcleo discursivo do bolsonarismo. A partir de 1.535 discursos proferidos em plenário, codificados segundo a metodologia do Comparative Manifesto Project (CMP) e de uma análise qualitativa ancorada na teoria do discurso de Ernesto Laclau, o estudo demonstra como o anticomunismo e o antipetismo funcionaram como significantes vazios, capazes de unificar setores militares, conservadores e liberais em torno de um projeto político de caráter populista e autoritário. O artigo evidencia, assim, o papel da CNV e do PNDH-3 na gênese do bolsonarismo e as tensões entre democracia e autoritarismo que atravessam a sociedade brasileira.

Palavras-chave: bolsonarismo; Comissão Nacional da Verdade; anticomunismo; teoria do discurso; Ernesto Laclau.

ABSTRACT

This article analyzes the formation of the political subject of bolsonarism based on Jair Bolsonaro's parliamentary activity during the discussion and implementation of the National Human Rights Program (PNDH-3) and the National Truth Commission (CNV). The hypothesis is that these two events were decisive for articulating different social groups and demands under a shared antagonism, shaping the discursive core of Bolsonarism. Drawing on 1,535 plenary speeches coded through the Comparative Manifesto Project (CMP) and a qualitative analysis grounded in Ernesto Laclau's discourse theory, the study shows how anticomunism and anti-PT rhetoric functioned as empty signifiers, unifying military, conservative, and liberal sectors around a populist and authoritarian political project. The article highlights the role of the CNV and PNDH-3 in the genesis of Bolsonarism and the persistent tensions between democracy and authoritarianism in Brazil.

Keywords: bolsonarism; National Truth Commission; anticomunism; discourse theory; Ernesto Laclau .

Introdução

Durante seus 27 anos como deputado federal, Jair Bolsonaro passou por uma transformação, de um representante de demandas corporativas militares, para uma liderança de extrema direita (Silva, 2024). Como demonstramos em trabalhos anteriores (Silva, 2024; Silva; Paolino; Medeiros, 2025), a análise dessa mutação teve como base a teoria do discurso de Ernesto Laclau. Mobilizando essa lente teórica, foi possível identificar os principais elementos das *performances* discursivas do então deputado: significantes flutuantes (família, Deus, pátria), significantes vazios (democracia, liberdade) e pontos nodais (antagonismo com a esquerda em geral e com o Partido dos Trabalhadores, em particular). A partir desses achados, demonstramos como essas *performances* permitiram a conformação de um sujeito político por meio da articulação de diferentes demandas e sujeitos coletivos, através da identificação com o líder. Neste artigo, focamos um elemento central dessa construção: a Comissão Nacional da Verdade (CNV).

A hipótese de nosso trabalho é que a aprovação do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), em 2009, e, posteriormente, a instauração da CNV, em 2012, foram dois momentos fulcrais para a constituição do sujeito político bolsonarista. Através da análise dos discursos de Jair Bolsonaro no Plenário da Câmara dos Deputados, durante o processo de discussão e implementação do PNDH-3 (2010-2014), foi possível observar a adoção de um cabedal discursivo no qual significantes como Deus, família, ordem, mulher etc. foram mobilizados de modo a atrair a identificação de diferentes grupos sociais, reverberando e estimulando a insatisfação com o projeto apresentado pelo governo.

Os resultados apresentados neste artigo fazem parte de uma pesquisa conduzida pelo Laboratório de Partidos, Eleições e Política Comparada da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Lappcom/UFRRJ), em que analisamos os 1.535 discursos proferidos em plenário durante o período de atividade parlamentar de Jair Bolsonaro. A análise quantitativa foi realizada por meio de uma adaptação da metodologia do Comparative Manifest Project (CMP-MAPOR), que nos permitiu um mapeamento temporal e temático das principais categorias discursivas mobilizadas nesse recorte. Em particular, destacamos a recorrência da defesa da ditadura militar e de suas práticas, sendo a segunda categoria mais mencionada de toda a análise, atrás somente da categoria utilizada para identificar a defesa dos direitos corporativos e salariais dos militares.

A análise qualitativa demonstrou a utilização recorrente de palavras como: subversivos, sequestradores, assaltantes, terroristas, guerrilheiros, para se referir aos movimentos políticos liderados pela esquerda e lideranças políticas do Partido dos Trabalhadores (PT). Os discursos buscavam relacionar as ações empregadas pelos resistentes à ditadura militar às políticas implementadas pelo governo do PT, como o programa Mais Médicos, a entrada na União de Nações Sul-Americanas (Unasul), entre outros.

Identificamos, também, os personagens que foram recorrentes nesses discursos, como Rubens Paiva, Marighella, Lamarca e a própria ex-presidenta Dilma Rousseff. Recorrentes críticas à implementação da CNV e à Lei da Anistia (somente quando ela deveria indenizar financeiramente os opositores do regime militar) e exaltação de datas de assassinatos de militantes políticos da esquerda também foram temas que apareceram constantemente em seus discursos.

Uma hipótese laclauiana sobre a origem do bolsonarismo

Seguindo a proposta delineada em *A razão populista* (2013), na ausência de pressupostos transcedentes, metafísicos ou naturais, a construção dos sujeitos políticos passa a ser concebida como o resultado de entrelaçamentos discursivos, contextuais e frágeis entre indivíduos sociais heterogêneos. Tais entrelaçamentos são o corolário de dinâmicas **equivalenciais** (Laclau; Mouffe, 1987) que se manifestam como o operador privilegiado de uma edificação hegemônica – isto é, na criação de um *status quo* político-econômico e social (Laclau, 2005; Mendonça, 2008; Silva, 2013, 2017, 2019). As cadeias de equivalência, por sua vez, são geradas mediante a identificação entre grupos que se reconhecem marginalizados do polo hegemônico vigente.

Cabe ressaltar, tendo em vista o objeto aqui analisado, que não é necessário serem esses setores majoritários na sociedade, embora, muitas vezes, sua potencialidade esteja intimamente ligada à capacidade de universalizar suas demandas. Tampouco é preciso que, objetivamente, estejam em uma situação de subalternidade, mas sim que sejam percebidos dessa forma por seus membros e, possivelmente, mas não necessariamente, por observadores externos (Aboy Carlés, 2010). Em outros termos, é preciso que haja uma percepção de opressão por parte de um inimigo comum, mesmo que, em termos objetivos, não haja de fato uma relação hierárquica entre ambos.¹

Esse é um ponto fulcral para a aplicação dessa formulação aos elementos que conformam o que aqui entendemos como a **cadeia de equivalências** que forma o sujeito político **bolsonarista**. Sob esse aspecto, o elemento determinante é o antagonismo para com um outro sujeito político engendrado a partir de discursos identificados com o PT e com a **esquerda** em geral (Silva; Paolino; Medeiros, 2025). Assim, a ideia de opressão e de **plebe** não está associada à determinada posição social (negativamente posicionada para um observador externo) que nos permita falar de uma identidade política popular, mas sim uma gramática de construção identitária que, em muitos casos, pode ser interpretada como o processo de "construção de um povo".

Dessa maneira, surge um recém-formado sujeito político que aspira transformar a atual conjuntura de poder, uma vez que cada coletivo que o conforma percebe que suas demandas e

¹ Por exemplo, no caso da *performance* de Jair Bolsonaro, observa-se que a relação com as minorias de gênero e raça se configura a partir de uma percepção de ameaça, percebida por parte de segmentos populacionais brancos e heterossexuais.

identidades não são adequadamente atendidas e representadas pelo bloco dominante. Essa percepção compartilhada é desencadeada por *performances* discursivas que enfatizam uma relação de antagonismo, na qual a criação de um “nós” é alcançada por meio da diferenciação em relação a um outro, ao qual é atribuída a responsabilidade pela atual condição de exclusão (Laclau; Mouffe, 1987; Laclau, 2005). Nessa forma de articulação, as identidades particulares de cada grupo são, em certa medida, subsumidas, visando à constituição de um novo sujeito que as engloba.

É nesse ponto que a teoria laclauiana abre espaço para uma análise mais aprofundada acerca da relação entre esses atores sociais que compõem o sujeito político, sendo esse o fundamento de nossa opção por utilizá-la para compreender a ascensão do bolsonarismo. Pois, diferentemente de outras abordagens acerca do populismo, Laclau (2013) permite compreender que, a despeito de sua vocação majoritária, o populismo se difere de mecanismos de matriz totalitário, sem que essa diferenciação seja somente de *grau*. Mais propriamente, o que desejamos argumentar aqui é que, para alcançar seu potencial heurístico, o populismo **precisa** ser algo formalmente distinto do totalitarismo e não sua antessala ou um totalitarismo incompleto.

Nesse tocante, é preciso ressaltar a desatenção de alguns comentadores acerca da singularidade da teoria da representação apresentada em *A razão populista* (2013). O autor não apenas atualiza o conceito de soberania hobbesiano, enquanto exterior constitutivo por meio do qual o universo social ganha forma política, como o altera, abrindo espaço para que questionem seus fundamentos e propondo uma formulação que diverge do individualismo metodológico, que tem na relação entre indivíduos atomizados a menor unidade de análise na conformação de um sujeito político orientado verticalmente, a partir da relação de autoridade estabelecida com o líder.

Segundo Chantal Mouffe (2019), o exterior constitutivo é algo externo à comunidade política que a torna possível, na medida em que a unidade e o consenso que a possibilita é sempre parcial, provisório e dependente de atos de exclusão. A totalidade funciona como um exterior constitutivo, uma vez que é a partir dela – isto é, da percepção de que a totalidade nega a possibilidade de plena realização de cada um dos diferentes sujeitos sociais aglutinados – que o novo sujeito político será conformado, sendo esta uma relação de antagonismo e de nomeação entre atores coletivos e não entre indivíduos.

Ainda que não tenha teorizado propriamente sobre o tema, Laclau (2013) abre espaço para uma abordagem menos atomística, na medida em que é compatível com uma abordagem organicista acerca do político, a qual desejamos reforçar a partir deste estudo de caso. Para compreendê-la, é preciso retomar a caracterização de Mouffe (2019) acerca da natureza “do político” em sua dimensão de hostilidade e antagonismo e, por conseguinte, a dissociação entre **a política**, enquanto dinâmica institucional dentro de um critério estabelecido, e **o político**,

enquanto dimensão constitutiva na qual diferentes identidades coletivas disputam a possibilidade de definir os termos dessa ordem.

Nessa acepção, que difere tanto da teoria da representação hobbesiana como de sua atualização schmittiana, a relação não se dá entre indivíduos, mas entre grupos sociais que, ao se identificarem com o líder, não abdicam completamente de sua identidade parcial e que, portanto, mantém um grau de autonomia relativa em relação a ele. Quanto mais definida são as identidades parciais dos atores coletivos dentro do sujeito político que as abarca, maior sua independência e capacidade de oferecer limites discursivos e fáticos ao exercício da liderança.

Esse é um ponto formulado por um dos mais interessantes herdeiros de Ernesto Laclau, Carlos Aboy Carlés, para quem a característica distintiva do populismo estaria exatamente na presença de identidades parciais, que, por sua vez, definem-se pelo fato de não haver conversão imediata da plebe em povo. Para o autor, a conformação totalitária se caracteriza por um tipo de identidade enquanto solidariedade política que surge a partir de um processo de articulação e homogeneização de grupos que, colocando-se como negativamente privilegiados em alguma dimensão da vida comunitária, constituem um campo identitário comum. É nesse sentido que esse mecanismo se difere do tipo de vínculo identitário que conforma sujeitos políticos de matiz totalitário, que aqui chamaremos de totais.² Apenas nas identidades de tipo totalitário há essa identificação completa entre a plebe e a totalidade, excluindo seus inimigos. Nas identidades parciais, que caracterizam o tipo populista de vínculo representativo, existe coexistência com as comunidades que as abrigam (Aboy Carlés, 2010).

No plano discursivo, essa diferenciação se dá através de uma restrição do campo de flutuação dos significados. Para tornar a visualização mais simples, podemos utilizar a relação entre os diferentes atores coletivos que formam o sujeito bolsonarista. Cabe primeiramente enumerá-los segundo uma ordem cronológica de articulação: (i) militares e suas famílias, interessados nas sinalizações do líder em prol de melhores condições de salário e benefícios; (ii) profissionais de segurança pública e privada com os mesmos interesses; admiradores da ditadura militar; (iii) admiradores de uma ideia punitivista de ordem e de sociedade; (iv) liberais radicalmente críticos aos programas econômicos da esquerda; e (v) conservadores desconfortáveis com as políticas públicas de inclusão de minorias levadas a cabo pela esquerda (Silva; Paolino; Medeiros, 2025). Esses grupos não são excludentes, porém abarcam perspectivas, interesses e demandas diferentes, articuladas pela percepção de que a totalidade, na terminologia de *Hegemonia e estratégia socialista* (2015) (publicado originalmente em 1985), ou o “o bloco no poder” os excluem.

² Aboy Carlés utiliza o termo “identidades populares”, porém acredito que o termo total permita uma conceitualização mais afeita ao nosso propósito, que é a diferenciação entre populismo e totalitarismo enquanto dinâmicas de formação de vínculos de pertencimento subjacentes à formação de sujeitos políticos.

É, portanto, a partir da enunciação desse antagonismo que o líder, no caso Bolsonaro, elabora acerca dessa totalidade, utilizando a fraseologia antipetista e antiesquerda, que esses diferentes grupos sociais se conectam, identificando-se com esses discursos. Isso porque, segundo nossa hipótese, já demonstrada em outros trabalhos (Silva, 2024; Silva; Paolino; Medeiros, 2025), Jair Bolsonaro utilizou o antagonismo com relação à esquerda em geral – que, como será visto, aparece como uma constante em seus discursos na Câmara dos Deputados – e, posteriormente ao PT, como **ponto nodal**³ a partir do qual a cadeia de equivalências entre esses diferentes sujeitos foi estabelecida. Compreendidos como elementos discursivamente privilegiados por meio dos quais são configuradas as práticas articulatórias hegemônicas, os pontos nodais são responsáveis por converter demandas particulares/diferenciais em equivalentes (Laclau; Mouffe, 1987; Mendonça, 2008; Cerqueira; Souza, 2015). No entanto, só são capazes de exercer essa função de articulação por não possuírem um significado inequívoco ou um conteúdo particular, podendo funcionar, nos termos de Laclau e Mouffe (1987), como um significante vazio, cujo significado flutua conforme a percepção e o interesse dos diferentes grupos que compõem a cadeia.

Metodologia

Buscando compreender o fenômeno aqui denominado como **bolsonarismo** e as articulações discursivas que possibilitaram sua ascensão e vitória eleitoral, esta pesquisa se dedicou à análise dos discursos proferidos durante os sete mandatos de Jair Bolsonaro como deputado federal. A análise de conteúdo e de discurso, enquanto campos metodológicos distintos (Cappelle; Melo; Gonçalves, 2003), exigem escolhas que se ajustem ao objeto de estudo. Nesta pesquisa, combinamos a categorização temática (análise de conteúdo) com a investigação dos processos de significação política (análise de discurso pós-estruturalista), método adequado para desvendar como se deu o processo de articulação de diferentes sujeitos sociais.

Em nossas pesquisas, utilizamos a metodologia internacional aplicada pelo CMP,⁴ que consiste em associar um conjunto de códigos (indicativos de temas determinados) a porções de discurso. Essa metodologia tem como pressuposto a ideia de que cada sentença, a partir de cada documento analisado, pode ser classificada por meio de um mesmo sistema de categorias políticas relacionadas, de acordo com um conjunto de regras e instruções próprias (Faria; Silva; Jorge, 2020, 2022).

³ Entendidos como pontos discursivamente privilegiados por meio dos quais são configuradas as práticas articulatórias hegemônicas, os pontos nodais são responsáveis por converter demandas particulares/diferenciais em equivalentes (Laclau; Mouffe, 1987; Mendonça, 2008; Cerqueira; Souza, 2015).

⁴ Disponível em: <https://manifesto-project.wzb.eu/>; ver também artigos de Mayra Goulart em parceria com os professores do Lappcom sobre o CMP, disponíveis em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/nrv6VXLXsdypWH3ZPWqqBYQ/abstract/?lang=pt>; <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/XNBnwhWwbSsMPFrj4zmHQsG/abstract/?lang=pt>. Acessos em: 16 out. 2025.

A codificação dos textos políticos nos possibilita mensurar, segundo Volkens *et al.* (2013), as mudanças entre posições políticas ou ênfases ao longo do tempo em partidos específicos, as diferenças entre posições políticas ou ênfases entre partidos e as diferenças entre países. Neste artigo, utilizaremos as categorias de mensuração ideológicas a partir da discussão da criação das cadeias de equivalência entre diferentes sujeitos sociais.

A importação dos discursos foi feita a partir do repositório de dados disponível no site da Câmara dos Deputados,⁵ onde selecionamos os discursos de um parlamentar eleito colocando seu nome, partido e estado. Colocamos o nome de Jair Bolsonaro, o estado do Rio de Janeiro e selecionamos todo o seu período como parlamentar. O resultado dessa pesquisa inicial foi uma listagem conformada por 1.542 discursos. O método de sistematização da base de dados trabalhada foi a construção de uma tabela dividida em 26 colunas e em 1.540 linhas (cabeçalho + 1.539 discursos recolhidos do site).⁶ Na parte da análise quantitativa a partir de variáveis preestabelecidas na literatura e no processo legislativo, preenchemos uma coluna com uma das 31 categorias temáticas da Câmara dos Deputados⁷ e a outra coluna com uma das 56 categorias propostas pelo CMP.

Essas categorias e suas subcategorias são agrupadas em sete domínios, a saber: 1) relações internacionais, que contém dez categorias e duas subcategorias; 2) liberdade e democracia, que agrupa quatro categorias e seis subcategorias; 3) sistema político, que abrange cinco categorias e seis subcategorias; 4) economia, que reúne 16 categorias e duas subcategorias; 5) estado de bem-estar e qualidade de vida, que comporta sete categorias; 6) estrutura da sociedade, que possui oito categorias e 14 subcategorias; e, por fim, 7) grupos sociais, com seis categorias e duas subcategorias (Volkens *et al.*, 2013). As categorias e subcategorias serão apresentadas no decorrer da discussão sobre os resultados obtidos, mas se encontram no final do artigo.

A análise dos discursos revela um repertório lexical recorrente que funcionou como marcador discursivo do anticomunismo e, posteriormente, do antipetismo. Termos como "comissão da verdade" (associada a uma "narrativa esquerdista"), "guerrilheiros", "terroristas", "assaltantes", "sequestradores" e "subversivos" (Greco, 2014) eram empregados para equiparar a resistência à ditadura militar (1964-1985) a uma suposta ameaça contemporânea representada pelo PT. Essa estratégia de significação flutuante vinculava figuras históricas da esquerda

⁵ Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/discursos-e-notas-taquigraficas>. Acesso em: 16 out. 2025.

⁶ Ao limpar os discursos que estavam com erros, ficamos com esses.

⁷ Esse sistema é uma divisão temática oferecida pelo site da Câmara dos Deputados, que organiza toda a produção legislativa desde 2003, a partir de 31 categorias disponibilizadas pelo setor de Dados Abertos da Câmara dos Deputados. São elas: Administração Pública; Arte, Cultura e Religião; Comunicações, Esporte e Lazer; Economia; Cidades e Desenvolvimento Urbano; Direito Civil e Processual Penal; Direitos Humanos e Minorias; Educação; Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Previdência e Assistência Social; Saúde; Defesa e Segurança; Trabalho e Emprego; Viação, Transporte e Mobilidade; Agricultura, Pecuária, Pesca e Extrativismo; Indústria, Comércio e Serviços; Direito e Defesa do Consumidor; Finanças Públicas e Orçamento; Homenagens e Datas Comemorativas; Política, Partidos e Eleições; Ciência, Tecnologia e Inovação; e Direito Constitucional.

armada – como Rubens Paiva, Carlos Marighella e Carlos Lamarca – a um imaginário de "inimigo interno", agora encarnado pelo petismo. A repetição desses significantes em contextos distintos (por exemplo, críticas ao governo Dilma ou ao programa Mais Médicos) permitia que diferentes grupos (militares, conservadores morais, liberais econômicos) se reconhecessem como vítimas de um mesmo antagonista, consolidando o PT como ponto nodal da cadeia de equivalências bolsonarista.

A trajetória legislativa de Jair Messias Bolsonaro e o PNDH-3

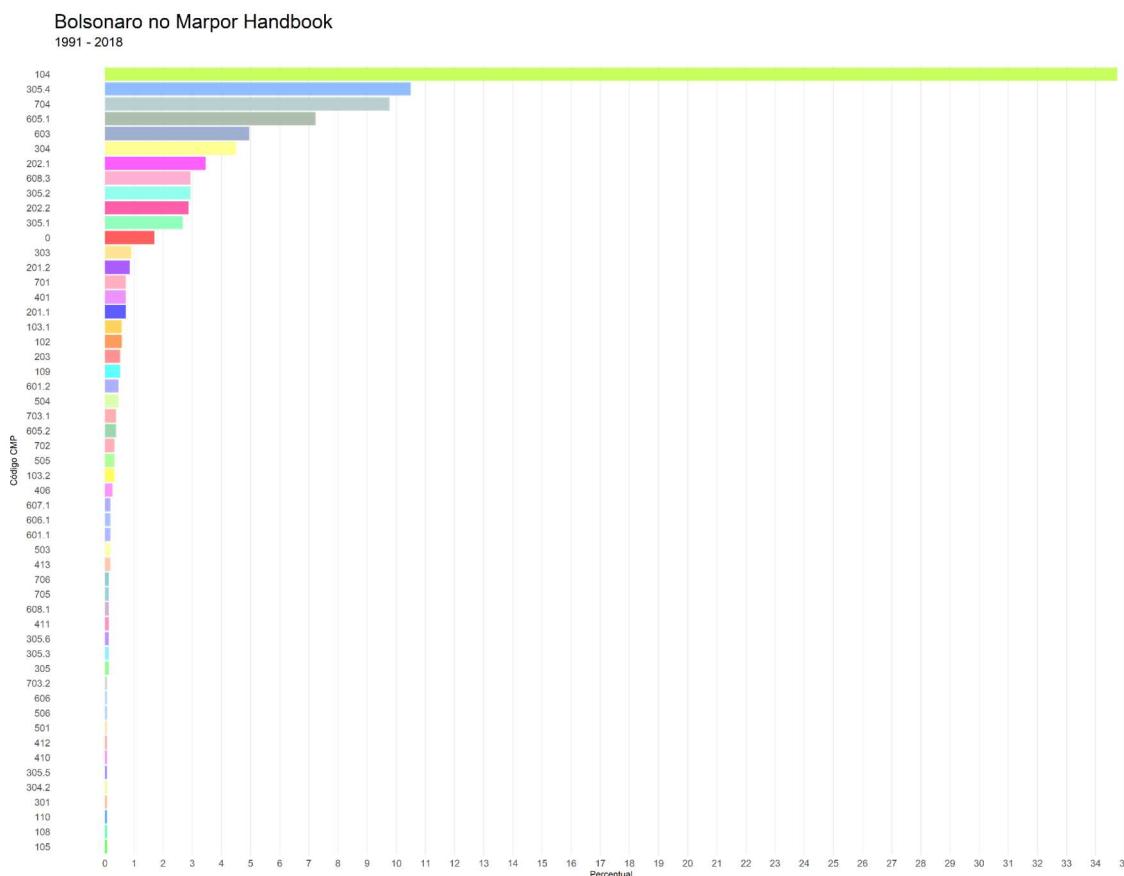
Durante sua extensa trajetória parlamentar, que compreende um mandato como vereador na cidade do Rio de Janeiro (1988-1990) e sete mandatos consecutivos como deputado federal (1991-2018), Jair Messias Bolsonaro foi um exímio representante das Forças Armadas (Silva, 2024; Silva; Paolino; Medeiros, 2025). No início de sua carreira, os interesses que eram defendidos partiam particularmente dos oficiais de baixa patente e dos praças, considerados a base do Exército. Em seus discursos, o ex-capitão criticava as condições financeiras dos militares no início de carreira. Esse assunto era abordado de diferentes maneiras, compondo um corolário de ataques ao governo e aos comandantes gerais das Forças Armadas, abarcando denúncias sobre as condições de vida, sobretudo sobre o valor dos ordenados, que, em suas palavras, seriam dignos de um "salário de fome".⁸ O vínculo com os militares foi estruturante em sua trajetória política e desembocou em uma agenda política de governo durante seu mandato de presidente da República (2019-2022), com militares ocupando cargos estratégicos, como o Ministério da Saúde, o gabinete de segurança institucional, entre outros.⁹

Dentre as 56 categorias globalmente utilizadas pelo CMP para identificar as recorrências temáticas em textos políticos, há uma que indica um posicionamento favorável à expansão de recursos para as Forças Armadas – "104: Militar Positivo". O resultado da codificação dos discursos de Jair Messias Bolsonaro são reveladores de sua relação constitutiva com os militares, como podemos observar no gráfico 1. De um total de 1.535 discursos analisados, 533 foram codificados com a categoria 104: "Militar Positivo".

⁸ Localizável em: DCD05/08/1992 PAG. 17736. Disponível em:

⁹ Para mais detalhes, ver: BARRUCHO, Luis. Brasil de Bolsonaro tem maior proporção de militares como ministros do que Venezuela; especialistas veem riscos. *BBC News Brasil*, Londres, 26 fev. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51646346>. Acesso em: 16 out. 2025.

Gráfico 1. Frequência de ocorrência das categorias do CMP na trajetória legislativa federal (1991-2018).



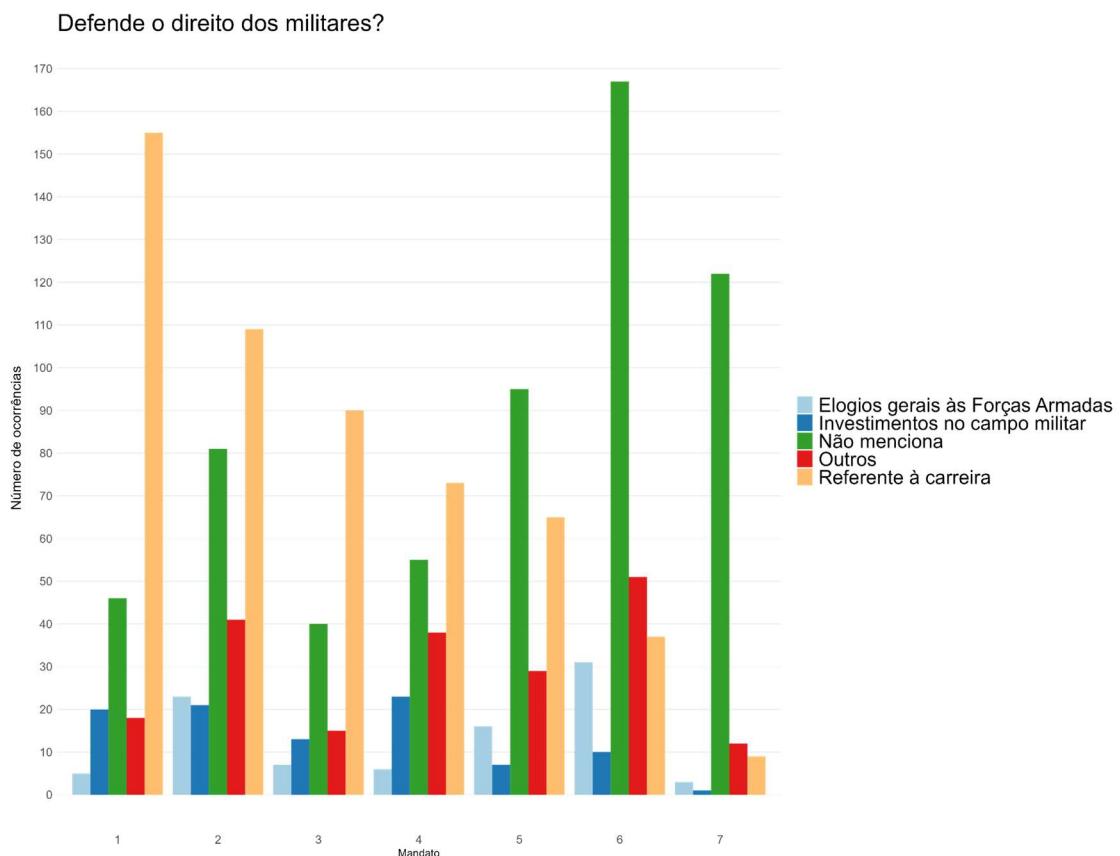
Fonte: Elaboração própria, 2024.

Dentro desse universo, 365 discursos estavam relacionados a questões pecuniárias, como direitos previdenciários e a reivindicação sobre o aumento de salários, o que inferimos incorporando uma sistemática de combinação de outros instrumentos de mensuração, para além daqueles oferecidos pelo CMP. Um dos nossos instrumentos de mensuração foi a construção de uma coluna com respostas fechadas, em que codificamos todos os discursos proferidos pelo parlamentar em torno de uma única pergunta: “o discurso defende o direito dos militares?”. As respostas possíveis foram: “não menciona”, “elogios gerais às forças armadas”, “investimentos no campo militar”, “referente à carreira” e “outros”.

No gráfico 2, podemos perceber que as menções relacionadas à carreira militar são mais frequentes do que outros temas que foram discutidos pelo parlamentar em sessões plenárias. É interessante notar que essa preeminência vai diminuindo ao longo dos mandatos, sem que nenhum outro tema assuma esse lugar de destaque. Isso mostra claramente a perda da exclusividade do vínculo de Jair Bolsonaro com os militares e as Forças Armadas. Ele passou de alguém que representava demandas específicas para alguém capaz de incorporar diferentes grupos em uma estratégia discursiva com pretensões hegemônicas (Silva; Paolino; Medeiros, 2025). Em seu sexto mandato (2011-2014), a opção “outros” ocorre com maior frequência do que a opção “referente à carreira”. Isso porque a CNV adquiriu extrema relevância naquela

conjuntura política e na atuação política do parlamentar, sendo possível observar que a defesa das práticas perpetradas pelos militares durante a ditadura militar se tornou um tema central na agenda do parlamentar.

Gráfico 2. Frequência de ocorrência de resposta para a pergunta “defende o direito dos militares?”.

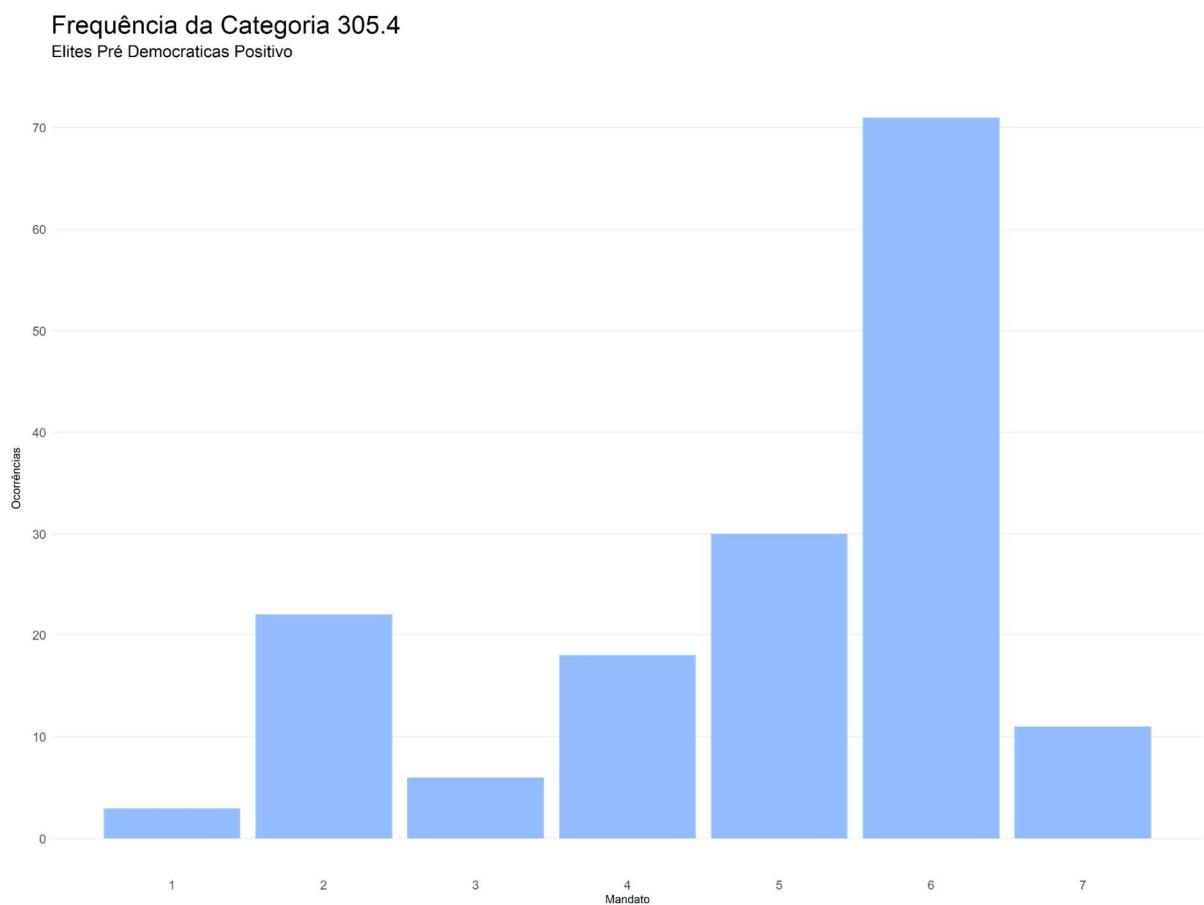


Fonte: Elaboração própria, 2024.

A segunda categoria com maior ocorrência no total de discursos proferidos por Jair Messias Bolsonaro na Câmara dos Deputados foi a de defesa das elites pré-democráticas. A categoria “305.4: Elites Pré-Democráticas Positivo” deve ser utilizada em discursos que façam alusão à cooperação política durante o período de transição, a autoridades do período pré-democrático (como a defesa de anistia para as práticas perpetradas pelo regime) e a não investigação dos crimes que foram cometidos pela sua elite dirigente durante o período de ditadura militar (Volkens *et al.*, 2013). Para essa categoria, fizemos um pacto de codificação para selecionar todos os discursos que versassem sobre críticas à CNV e discursos que fizessem a defesa do regime militar e de suas práticas de tortura, assassinatos e sequestro.

Como podemos observar no gráfico 3, essa categoria esteve presente em toda a trajetória legislativa de Jair Messias Bolsonaro, mas ganhou centralidade em sua atuação política e *performance* discursiva a partir do sexto mandato (2011-2014), período em que a implementação da CNV estava em discussão. Por conseguinte, é importante salientar que 44% (71) dos discursos categorizados em toda a sua trajetória legislativa como 305.4 foram feitos durante seu sexto mandato.

Gráfico 3. Frequência da categoria “305.4: Elites Pré-Democráticas Positivo”.



Fonte: Elaboração própria, 2024.

Os gráficos 2 e 3, acerca do enfraquecimento do conteúdo discursivo em torno da defesa dos direitos pecuniários de militares e seus familiares, e o aumento da incidência da defesa do regime militar por si não explicam o que aconteceu na virada de chave da transmutação do sujeito representativo de Bolsonaro, mas nos permite dar um *zoom* nesse período, entre seu quinto e o sexto mandato na Câmara dos Deputados.

Dois acontecimentos nos parecem fundamentais para que se transcorra nossa análise: o primeiro foi a aprovação do PNDH-3¹⁰ e o segundo foi a instauração da CNV.¹¹ Os governos do PT, através da Presidência da República, inicialmente com Luis Inácio Lula da Silva e, posteriormente, com Dilma Rousseff, foram marcados por novas experiências de democratização social, em que novos arranjos de relação entre sociedade e Estado para a

¹⁰ Projeto para a promoção dos Direitos Humanos no Brasil. O Plano Nacional de Direitos Humanos 1 foi produzido em 1996, enfatizando os direitos civis e políticos; o Plano Nacional de Direitos Humanos 2 foi produzido em 2002, incorporando os direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais.

¹¹ As Comissões da Verdade são órgãos historicamente instituídos em países que atravessaram períodos de instabilidade política, com a suspensão dos direitos individuais e das normas democráticas, como no caso das ditaduras. As Comissões da Verdade tiveram importante papel também na apuração dos crimes perpetrados pelas ditaduras latino-americanas, como a uruguaia, a chilena, a paraguaia, a argentina e a brasileira (disponível em: <https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/assuntos/comissoes-da-verdade>; acesso em: 16 out. 2025).



formulação de políticas públicas foram constituídos, como os Conselhos Gestores de Políticas Públicas, as experiências de Orçamento Participativo, as conferências nacionais e o comissionismo (Avritzer, 2007, 2008; Hollanda; Israel, 2019; Lavalle, 2006a, 2006b).

Um importante marco na discussão sobre a democratização social brasileira foi a realização da II^a Conferência Nacional dos Direitos Humanos (2009), cujo intuito foi atualizar o PNDH. O PNDH possui três versões: a primeira e a segunda, de 1996 e 2002, respectivamente, foram elaboradas ainda durante o governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Em cada um dos planos a metodologia de participação foi definida pelo governo federal e foi dado algum foco específico a determinados direitos, mas sempre com um objetivo em comum de aprimorar a elaboração sobre os direitos que foram elencados. A terceira versão, o PNDH-3, foi elaborada durante o governo Lula e foi aprovada por meio do Decreto nº 7.037/2009 (Brasil, [2019]).

O PNDH-3 foi organizado em seis eixos orientadores: (i) Interação democrática entre Estado e sociedade civil; (ii) Desenvolvimento e Direitos Humanos; (iii) Universalizar direitos em um contexto de desigualdades; (iv) Segurança Pública, Acesso à Justiça e Combate à Violência; (v) Educação e Cultura em Direitos Humanos; e (vi) Direito à Memória e à Verdade. Esses seis eixos se desdobram em 25 diretrizes, que, por sua vez, têm no mínimo dois objetivos estratégicos. O anexo que segue ao decreto publicado possui uma pequena descrição da compreensão estratégica de cada um dos eixos orientadores, uma frase que sintetiza o objetivo estratégico e ações programáticas para a implementação desses objetivos. Cada uma das ações, é importante salientar, contou com a designação de um órgão responsável pela condução de sua implementação dentro do governo federal, como a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, o Ministério das Relações Exteriores, o Ministério da Justiça, entre outros.

Com esses diferentes e abrangentes eixos de atuação, PNDH-3 concentrou a reação de grande parte dos diferentes atores coletivos que formariam o sujeito político do bolsonarismo: (i) militares e suas famílias, que não desejam que haja investigação e punição dos crimes cometidos durante a ditadura militar, (ii) profissionais de segurança pública e privada admiradores da ditadura militar e que não querem ter seu comportamento regulado; (iii) admiradores de uma ideia punitivista de ordem e de sociedade que acreditam que a punição e o encarceramento são a melhor alternativa para contravenções penais; e (iv) conservadores desconfortáveis com as políticas públicas de inclusão de minorias.

Antes mesmo de começar as eleições presidenciais, o presidente Lula baixou um decreto para tentar mediar as insatisfações no seio de dois grupos: dos militares e dos evangélicos. Na mediação com a insatisfação dos militares foram feitos quatro recuos dentro do eixo de Direito à Memória e à Verdade (Brasil, [2019]), sempre buscando tirar palavras que façam alusão à intencionalidade da ação dos militares no descumprimento da garantia dos Direitos Humanos.

Um exemplo aconteceu na “Diretriz 24: Preservação da memória histórica e construção pública da verdade”, em que, na ação programática “c) Identificar e sinalizar locais públicos que serviram à repressão ditatorial, bem como locais onde foram ocultados corpos e restos mortais de perseguidos políticos” (Brasil, [2019]), a redação foi trocada por:

- c) Identificar e tornar públicos as estruturas, os locais, as instituições e as circunstâncias relacionados à prática de violações de direitos humanos, suas eventuais ramificações nos diversos aparelhos estatais e na sociedade, bem como promover, com base no acesso às informações, os meios e recursos necessários para a localização e identificação de corpos e restos mortais de desaparecidos políticos. (Brasil, [2019]).

Chama a atenção a não utilização da palavra “ocultados”, cuja definição pode ser: “Subtrair ou subtrair-se às vistas; tirar ou sair para não ser visto ou encontrado” (Ocultar, c2025). Assim como a modificação no início da frase que busca conferir um novo sentido às violações dos Direitos Humanos, afastando a política de tortura e assassinatos de uma característica intrínseca do período ditatorial para uma possível característica isolada de eventuais aparelhos estatais.

Essas e outras modificações, como a revogação da proibição da existência de ruas com nome de pessoas que praticaram crimes de lesa-humanidade – ação programática c, para a redação de “Fomentar debates e divulgar informações no sentido de que logradouros, atos e próprios nacionais ou prédios públicos não recebam nomes de pessoas identificadas reconhecidamente como torturadores” (Brasil, [2019]) –, foram feitas para atender aos interesses dos militares, que não desejavam ter o nome marcado na história como violadores dos Direitos Humanos.

Contudo, apesar de ceder em alguns aspectos para os militares, o governo não cedeu na promulgação da CNV. Ainda em maio de 2010, foi enviado para o Congresso Nacional pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o projeto de lei que versava sobre a criação da CNV. Aprovada pelo parlamento, a Lei nº 12.528/2011¹² foi sancionada no governo da presidenta Dilma Rousseff.

O período da ditadura militar brasileira (1964-1985) ficou conhecido pelas denúncias de ataque aos Direitos Humanos, como torturas, assassinatos, sequestros e atentados, assim como a cassação dos direitos políticos de indivíduos e partidos. O incômodo de Jair Messias Bolsonaro com as personalidades que resistiram à ditadura militar está presente em todo o seu período como parlamentar: ele citou Carlos Lamarca 16 vezes, e o principal conteúdo desse discurso

¹² Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12528.htm. Acesso em: 16 out. 2025.

versava sobre sua história com o ex-capitão do Exército brasileiro,¹³ que desertou para a luta armada em 1969.

Conforme descrito por Carol Pires, no premiado *podcast Retrato Narrado* (2020), em 1970, Jair Bolsonaro tinha 15 anos e o Exército estava procurando Lamarca no Vale do Ribeira (SP), e o encontrou na cidade de Eldorado (SP), onde residia a família de Bolsonaro.¹⁴ Após um tiroteio entre as partes envolvidas, um soldado do Exército foi morto e Lamarca conseguiu fugir. Segundo fontes da região ouvidas na reportagem, esse acontecimento marcou sua adolescência, e Jair Bolsonaro decidiu se alistar no Exército e seguir com a carreira militar.

Essas figuras foram importantes em sua construção política porque corroboram a tese de que aqueles que insurgiram contra a ditadura eram criminosos e que os conter a qualquer preço era condição para a manutenção da ordem pública. Tais argumentos, que desembocam na crítica à Lei da Anistia¹⁵ e no repúdio à indenização a familiares de desaparecidos políticos, foram vociferados ao longo de décadas por Jair Bolsonaro em discursos no Plenário da Câmara dos Deputados. Esses argumentos encontram ressonância dentro dos círculos militares, que denunciam uma distorção histórica feita pela esquerda, que, sob essa lógica, ainda desejava implementar uma ditadura do proletariado.¹⁶

Um exemplo muito claro, insano, que não pode deixar de constar dos Anais desta Casa, é o do Tenente Alberto Mendes Júnior, que foi barbaramente torturado pelo bando do ex-capitão Lamarca. O tenente, antes de ser executado, foi obrigado a engolir o próprio saco escrotal. Como podemos hoje admitir que os familiares deste bando sejam tratados como heróis e agraciados com indenizações milionárias? Isto só não é o fim porque contamos com muitos patriotas, civis e militares, dispostos a repetir a história de glória do nosso povo, que por tantas vezes se viu ameaçado por estes recalcados entreguistas! (Bolsonaro, 1995 *apud* Câmara dos Deputados, 1995, p. 20256).

A defesa da ditadura militar e da repressão aos seus opositores se apresenta como um elemento central na construção discursiva de Jair Messias Bolsonaro, produzindo equivalências entre o anticomunismo e o antipetismo. O anticomunismo esteve presente durante todo o período do golpe militar como uma das principais justificativas para as práticas implementadas.

¹³ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-58582212>. Acesso em: 16 out. 2025.

¹⁴ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/19/politica/1539969259_171085.html. Acesso em: 16 out. 2025.

¹⁵ Lei que concedeu a anistia a todos quantos, no período compreendido entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometiveram crimes políticos ou conexo com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e complementares poder. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6683.htm. Acesso em: 16 out. 2025.

¹⁶ Mais detalhes no livro organizado pelo Exército em que foram entrevistados generais e tenentes que participaram do golpe militar, disponível em: https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/7339/1/31_Marco_1964-Tomo-3.pdf (acesso em: 16 out. 2025).

Esse anticomunismo foi e continua sendo estrutural para a atuação política e discursiva de Jair Messias Bolsonaro. O "anticomunismo" precisa ser eliminado, e é reconhecido como tendência política de "recusa militante ao comunismo", em que o comunismo é considerado o inimigo imediato da democracia, da nação, da religião e da moral (Motta, 2002).

O anticomunismo é, portanto, um sistema de ameaça constante, que desempenhou um papel decisivo nas lutas políticas travadas no Brasil durante toda a nossa história. Exercendo influência na preparação e sustentação ideológica das duas mais significativas intervenções autoritárias da história republicana: os golpes de 1937 e 1964 (Motta, 2002). O golpe militar, e a resistência democrática que se desdobrou a isso, inclusive com grupos armados, desaguou em uma formação política ainda mais anticomunista das Forças Armadas (Teixeira, 2014), que seguiram como um espaço privilegiado de reprodução do sentimento do anticomunismo dentro da sociedade brasileira. Inclusive durante a transição para o período democrático recente, a construção de uma política do esquecimento implementada pelos governos militares fez com que esse sentimento não fosse enfrentado, sendo um dos desafios da sociedade brasileira.

Jair Messias Bolsonaro sempre foi um ávido defensor das políticas de tortura e ataque aos Direitos Humanos implementadas pelos militares (Nicolau, 2020), e também crítico aos militantes e coletivos que praticavam a resistência democrática durante o período. Como afirma Starling (2022, p. 86), "a utopia regressiva de Bolsonaro está agarrada com firmeza aos anos da ditadura militar". Segundo a autora, a visão de mundo que norteia a conformação de um núcleo normativo, em torno do qual se construirá o sujeito político formado nesse processo, estrutura-se a partir de uma percepção romantizada da ditadura militar, presente em parcelas subalternas das Forças Armadas, "fanatizadas pelo anticomunismo e pela sede de repressão" (Starling, 2022, p. 86). Em seus discursos como deputado federal, ele buscava justificar as ações dos militares relacionando os militantes democráticos do passado aos traficantes e contraventores do presente:

O AI-5 adveio depois de a Esquerda ter, de forma maciça, implementado atos de terrorismo em nosso País. Então, esse ato é mais uma provocação. Alguns Parlamentares, inclusive, apoiaram a tal da Comissão da Verdade. E o Governo tem medo da verdade. Se não fosse assim, teríamos uma comissão paritária e não sete, indicadas, obviamente, por Dilma Rousseff. Pelo amor de Deus! Que moral tem Dilma Rousseff para falar em democracia, quando seu marido Carlos Araújo diz publicamente que passava a lua de mel roubando bancos, roubando armas em quartéis e roubando caminhões de carga na Baixada? Ou seja, Dilma Rousseff praticando latrocínio. Inclusive o carro-bomba, em São Paulo, que matou o Soldado Mário Kozel Filho, da VPR de Dilma Rousseff, teve uma morte. (Bolsonaro, 2012 *apud* Câmara dos Deputados, 2012, p. 40510).



Não foi só à CNV, é importante salientar, que a discussão e implementação do PNDH-3 incomodou. O eixo norteador “Educação e Cultura em Direitos Humanos”, que determinava a discussão e implementação de um Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, visando à promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental, foi foco de reação da bancada evangélica que vinha crescendo e se organizando politicamente (Quadros; Madeira, 2018). Os discursos de Jair Messias Bolsonaro, demonstraram sua capacidade de articular os diferentes setores da sociedade que se encontravam insatisfeitos com as políticas de valorização da diversidade e dos direitos humanos levadas a cabo nas administrações do PT:

O Brasil clama pela redução da maioridade penal. Clama por uma política de planejamento familiar, uma política de defesa da família, contra o malfadado *kit gay*, que agora o Governo do PT, de Dilma Rousseff, quer ressuscitar, via Plano Nacional de Educação, incluindo ali a ideologia de gênero. Nós defendemos a revogação total do Estatuto do Desarmamento, porque apenas o cidadão de bem foi desarmado. Os marginais continuam bem armados e protegidos por este Governo (Bolsonaro, 2014 *apud* Câmara dos Deputados, 2014, p. 57).

Como demonstrado aqui, a trajetória legislativa de Jair Bolsonaro, inicialmente marcada pela defesa de demandas corporativas militares (como salários e previdência), transformou-se profundamente durante o período de discussão do PNDH-3 e da CNV (2010-2014). Nesse intervalo, seu discurso ampliou-se para articular diferentes sujeitos sociais, como admiradores de uma ideia punitivista de ordem e de sociedade, liberais críticos aos programas econômicos da esquerda e conservadores desconfortáveis com as políticas públicas de inclusão de minorias levadas a cabo pela esquerda. Como demonstrado por Silva, Paolino e Medeiros (2025), esse foi o momento de maior crescimento eleitoral de Bolsonaro: seu número de votos aumentou 400% entre 2010 e 2014, reflexo direto da capacidade de converter o antipetismo e o anticomunismo em significantes vazios capazes de unir esses diferentes setores. A relação simbiótica com os militares atingiria seu ápice durante seu governo (2019-2022), quando oficiais ocuparam cargos-chave e, posteriormente, foram indiciados por planejar um golpe de estado após sua derrota eleitoral – como revelam os relatórios da denúncia no STF sobre a tentativa de golpe e o 8 de janeiro. Assim, o PNDH-3 e a CNV não apenas catalisaram a ascensão do bolsonarismo, mas também expuseram as tensões entre democracia e autoritarismo, que continuam a desafiar o Brasil.

Conclusão

Nesse processo de transmutação de Jair Messias Bolsonaro de um representante de **demandas diferenciais** para um sujeito político que representa **demandas equivalenciais/populistas**, é notável o papel que o Plano Nacional de Direitos Humanos 3 (PNDH-3) desempenhou. O decreto do PNDH-3, publicado em 2009, teve como um aglutinador

de diferentes sujeitos sociais incomodados com a pauta dos direitos humanos e seus desdobramentos de ações programáticas em diferentes áreas. O primeiro mandato de Dilma Rousseff começou precisando avançar na implementação do PNDH-3 e de seus eixos programáticos, já suavizados por decretos presidenciais do presidente Lula durante o ano de 2010, porém ainda com uma quantidade expressiva de ressentidos com as políticas públicas propostas por ele. Assim, as políticas públicas que foram decorrentes da implementação do PNDH-3 se tornaram ponto fulcral de antagonismo de Jair Messias Bolsonaro (2011-2014), que conseguiu articular, em sua atuação parlamentar, diferentes ressentimentos e suas demandas de representação. Uma delas foi, como mencionamos, a Comissão Nacional da Verdade (CNV).

O discurso do anticomunismo, portanto, foi central na articulação discursiva de Jair Bolsonaro, porque possibilitou o contato com outros setores sociais a partir de seu conteúdo, que se tornou um significante vazio, flutuando para representar: (i) uma ordem civil na qual os militares não têm o mesmo protagonismo, nem o mesmo poder aquisitivo; (ii) uma ideia de segurança pública que restringe o uso da violência por atores públicos e privados; (iii) uma sociedade em que a família patriarcal heterossexual não seja mais a normatividade; e (v) da corrupção supostamente associada a todo o sistema político e partidário.

Referências

- ABOY CARLÉS, Gerardo. Populismo, regeneracionismo y democracia. *POSTData: Revista de Reflexión y Análisis Político*, [s.l], v. 15, n. 1, p. 11-30, 2010.
- AVRITZER, Leonardo. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. *Opinião Pública*, Campinas, v. 14, n. 1, p. 43-64, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/SXb5hxxKDHgM3Y9YMvRgMzN/abstract/?lang=en>. Acesso em: 29 out. 2025.
- AVRITZER, Leonardo. Sociedade civil, instituições participativas e representação: da autorização à legitimidade da ação. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 50, n. 3, p. 43-464, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/xfPSZNfnDzgFpXmYBsDvrhd/?lang=pt>. Acesso em: 29 out. 2025.
- BRASIL. Decreto nº 7037, de 21 de dezembro de 2009. Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3 e dá outras providências. Brasília, DF: Casa Civil, [2019]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7037.htm. Acesso em: 16 out. 2025.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. Ata da 112^a Sessão da Câmara dos Deputados, Deliberativa Extraordinária, Matutina, da 4^a Sessão Legislativa Ordinária, da 54^a Legislatura, em 30 de abril de 2014. *Diário da Câmara dos Deputados*, Brasília, DF, ano LXIX, n. 061, p. 14-82, 10 maio 2014.

Disponível em: <https://imagem.camara.gov.br/Imagen/d/pdf/DCD0020140501000610000.PDF>. Acesso em: 30 out. 2025.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Ata da 125^a Sessão, em 29 de agosto de 1995. *Diário do Congresso Nacional*, Brasília, DF, ano I, n. 133, p. 20253-20267, 30 ago. 1995. Disponível em: <https://imagem.camara.leg.br/Imagen/d/pdf/DCD30AGO1995.pdf>. Acesso em: 30 out. 2025.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Ata da 335^a Sessão da Câmara dos Deputados, Deliberativa Ordinária, da 2^a Sessão Legislativa Ordinária, da 54^a Legislatura, em 4 de dezembro de 2012. *Diário da Câmara dos Deputados*, Brasília, DF, p. 40471-40570, 5 dez. 2012. Disponível em: <https://imagem.camara.gov.br/Imagen/d/pdf/DCD05DEZ2012.pdf>. Acesso em: 30 out. 2025.

CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves; MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes; GONÇALVES, Carlos Alberto. Análise de conteúdo e análise de discurso nas ciências sociais. *Organizações Rurais e Agroindustriais*, [s.l.], v. 5, n. 1, p. 1-16, 2003. Disponível em: <https://ageconsearch.umn.edu/record/43563>. Acesso em: 29 out. 2025.

CERQUEIRA, Paulo Rodrigues; SOUZA, Eloisio Moulin de. Laclau, sexualidades e os corpos: análise das subjetivações ursinas. *Psicologia & Sociedade*, Recife, v. 27, n. 2, p. 267-279, 2015.

GRECO, Heloisa Amelia. 50 anos do Golpe Militar/ 35 anos da Lei de Anistia: a longa marcha da "estratégia do esquecimento". *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v. 15, n. 22, p. 160-189, 2014. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/cadernoshistoria/article/view/P.2237-8871.2014v15n22p160>. Acesso em: 22 out. 2025.

FARIA, Alessandra Maia Terra; SILVA, Mayra Goulart da; JORGE, Vladimyr Lombardo. Eleições e extremismo no Brasil: análise dos programas de governo de Haddad e Bolsonaro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 37, n. 110, p. 1-25, 2022.

FARIA, Alessandra Maia Terra; SILVA, Mayra Goulart da; JORGE, Vladimyr Lombardo. Posicionamento dos partidos políticos brasileiros na escala esquerda-direita: dilemas metodológicos e revisão da literatura. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, DF, n. 33, p. 1-44, 2020.

HOLLANDA, Cristina Buarque de; ISRAEL, Vinicius Pinheiro. Panorama das Comissões da Verdade no Brasil: uma reflexão sobre novos sentidos de legitimidade e representação democrática. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 27, n. 70, p. 1-21, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1678-987319277006>. Acesso em: 29 out. 2025.

LACLAU, Ernesto. *A razão populista*. Tradução: Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

LACLAU, Ernesto. *On populist reason*. Londres: Verso, 2005.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. *Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical*. Tradução: Joanildo A. Burity, Josias de Paula Jr., Aécio Amaral. São Paulo: Intermeios, 2015.

- LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. *Hegemonía y estrategia socialista: hacia una radicalización de la democracia*. Madrid: Siglo XXI, 1987.
- LAVALLE, Adrian Gurza. Democracia, pluralização da representação política e sociedade civil. *Lua Nova*, São Paulo, v. 67, p.49-103, 2006a. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/lm/a/wWXJkHYQQSchPLkdb8XygFS/?lang=pt>. Acesso em: 29 out 2025.
- LAVALLE, Adrian Gurza. Representação política e organizações civis. Novas instâncias de mediação e os desafios da legitimidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 21, n. 60, p. 43-66, 2006b. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rbcso/a/DZWNNCzyCVyrSKBJmX9YZHy/?lang=pt>. Acesso em: 29 out. 2025.
- MADEIRA, Rafael Machado; TAROUCO, Gabriela da Silva. A 'direita envergonhada' no Brasil: como partidos reinterpretam seus vínculos com o regime militar?. In: CONGRESO LATINOAMERICANO DE CIENCIA POLÍTICA, 5., 2010, Buenos Aires. *Anais*[...]. Buenos Aires: Asociación Latinoamericana de Ciencia Política, 2010.
- MAINWARING, Scott; MENEGUELLO, Rachel; POWER, Timothy. Partidos conservadores no Brasil contemporâneo: quais são, o que defendem, quais são suas bases. Tradução: Valéria Carvalho Power. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- MAITINO, Martin Egon. Direita, sem vergonha: conformações no campo da direita no Brasil a partir do discurso de Jair Bolsonaro. *Plural: Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP*, São Paulo, v. 25.1, p.111-134, 2018.
- MENDONÇA, Daniel de. A impossibilidade da emancipação: notas a partir da teoria do discurso. In: MENDONÇA, Daniel de; RODRIGUES, Léo Peixoto (orgs.). *Pós-estruturalismo e teoria do discurso: em torno de Ernesto Laclau*. Porto Alegre: Editora PUCRS, 2008. p. 63-70.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil, 1917-1964*. São Paulo: Perspectiva: Fapesp, 2002. (Estudos História, 180).
- MOUFFE, Chantal. *Por um populismo de esquerda*. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.
- NICOLAU, Jairo. *O Brasil dobrou à direita: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- OCULTAR. In: DICIONÁRIO Priberam da Língua Portuguesa. [S. l.]: Priberam Informática, c2025. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/ocultar>. Acesso em: 16 out. 2025.
- QUADROS, Marcos Paulo dos Reis; MADEIRA, Rafael Machado. Fim da direita envergonhada? Atuação da bancada evangélica e da bancada da bala e os caminhos da representação do conservadorismo no Brasil. *Opinião Pública*, Campinas, v. 24, n. 3, set./dez. 2018.
- RETRATO NARRADO: revista Piauí & Spotify Studios. [Locução de]: Carol Pires. [S. l.]: Rádio Noveló, 2020. Podcast. Disponível em: <https://open.spotify.com/show/4jqpeAOzOKCLBgzPcoeZ6j>. Acesso em: 16 out. 2025.

- SILVA, Mayra Goulart. Da diferença à equivalência: hipóteses laclauianas sobre a trajetória legislativa de Jair Bolsonaro. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 67, n. 1, e20210153, 2024.
- SILVA, Mayra Goulart. *Entre César e o demos*: notas agonísticas sobre a democracia na Venezuela. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
- SILVA, Mayra Goulart. Luta hegemônica e populismo na América Latina: teoria e práxis a partir de Ernesto Laclau. *Teoria & Pesquisa: Revista de Ciências Sociais*, São Carlos, SP, v. 26, n. 1, p. 65-88, 2017.
- SILVA, Mayra Goulart. O populismo para além de Laclau: entre a expansão do demos e a desfiguração do liberalismo. *Revista Estudos Políticos*, 9(17), pp. 49-69, 2019.
- SILVA, Mayra Goulart; PAOLINO, Tayná; MEDEIROS, Vitor. Nomeação, significação e representação: uma abordagem pós-fundamentalista para a gênese do bolsonarismo. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, v. 33, e001, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1678-98732433e001>. Acesso em: 29 out. 2025.
- STARLING, Heloisa Murgel. Brasil, país do passado. In: STARLING, Heloisa Murgel; LAGO, Miguel; BIGNOTTO, Newton (orgs.). *Linguagem da destruição: a democracia brasileira em crise*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022. p. 59-95.
- TEIXEIRA, Mauro Eustáquio Costa. A democracia fardada: imaginário político e negação do dissenso durante a transição brasileira (1979-1988). *Revista Aedos*, Porto Alegre, v. 5, n. 13, p. 58-79, 2013. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/42216/0>. Acesso em: 16 out. 2025.
- TEIXEIRA, Mauro Eustáquio Costa. Em nome da ordem: a cultura política anticomunista nas forças armadas brasileiras (1935-1985). *Mediações: Revista de Ciências Sociais*, Londrina, v. 19, n. 1, p. 151-169, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.5433/2176-6665.2014vi9n1p151>. Acesso em: 16 out. 2025.
- VOLKENS, Andrea *et al.* (orgs.). *Mapping policy preferences from texts: statistical solutions for manifesto analysts*. Oxford: Oxford University Press, 2013.